

# Políticas baseadas na (falta de) evidência

**PEDRO BRINCA**

INVESTIGADOR (DOUTORADO) AUXILIAR NA NOVA SBE

As recentes propostas do Governo para o setor da habitação têm dominado a atenção de analistas, políticos e simples cidadãos que vêem uma parte cada vez maior do seu orçamento familiar afeto a uma renda de casa ou pagamento de uma hipoteca. Junte-se a isso a recente crise inflacionária e temos todos os ingredientes para uma crise social.

Perante isto, a intervenção do Governo afigura-se como importante e necessária. O problema é a sua fraca forma e falta de substância. A conferência de imprensa de 16 de fevereiro, onde se apresentou o pacote Mais Habitação com pompa e circunstância, não foi muito mais do que uma declaração de intenções. Acabou por resultar em equívocos vários, com a ministra Mariana Vieira da Silva a ser desmentida pelos próprios serviços quanto à (não) retroatividade do fim das licenças de Alojamento Local.

Antes de anunciar pacotes e medidas, espera-se que alguém se dê ao trabalho de apresentar o mínimo quanto à identificação e às origens do problema, assim como que medidas se pretende tomar e por que são estas medidas as mais adequadas. Destes requisitos, nem mesmo o da apresentação das medidas foi observado: a letra de lei, que faz toda a diferença no âmbito e na eficácia das medidas, foi apresentada muito depois das declarações de intenções iniciais, com menos tempo para a consulta pública do projeto de legislação.

Não é por falta de bons exemplos no Governo: o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Turismo, Nuno Fazenda, teve, no âmbito da subida dos preços alimentares, a postura devida. Reafirmou o combate à especulação através de um aumento do número de fiscalizações; expressou a necessidade de compreender primeiro a estrutura de formação de preços antes de formular qualquer intervenção regulamentar ou legislativa; nas matérias que não são da sua competência – questões de concorrência –, delegou na instituição correspondente, que é uma entidade independente, manifestando a sua total disponibilidade de colaborar com a mesma.

As declarações de intenção inicialmente feitas no pacote Mais Habitação propõem medidas para as quais seria importante perceber as expectativas do Governo quanto ao seu impacto. Só por si, a obrigação dos bancos em disponibilizar um produto de crédito à habitação de taxa fixa é completamente inócua, uma vez que estes podem pôr essa taxa em valores tais que na prática é como se não a oferecessem. O fim dos *Vistos Gold* – que aplaudo por uma questão de moralidade fiscal – será pouco mais do que fogo de vista. Em 10 anos, foram transacionadas 10.322 habitações com valor de transação médio acima dos 600 mil euros, o que representa anualmente, *grosso modo*, cerca de 2,5% do valor das transações e 0,6% do volume. Não é de certeza por causa das famílias que têm dificuldade em pagar estes montantes por uma habitação que foi criado este pacote, quando a maioria das ajudas ao crédito à habitação estão limitadas a quem tenha empréstimos inferiores a 250 mil euros.

Têm sido levantadas dúvidas quanto à legalidade do arrendamento coercivo. Mas, mesmo que seja legal, estamos a falar de números que não impressionam. Em Lisboa, onde os preços da habitação são 336% da média nacional e onde se concentra *quicá* o maior problema, estamos a falar de 584 imóveis devolutos que representam 0,2% do parque habitacional. Parece-me muito mais relevante que, na década de 2000, se tenham construído quase mil habitações públicas e cooperativas por ano, e durante a década seguinte – com António Costa e Fernando Medina curiosamente ao leme da Câmara Municipal de Lisboa – se tenham construído apenas... 17. Problema este que se alastra ao resto do setor, uma vez que o número de habitações que se constrói hoje é uma fração pequena do que se construiu há 10 anos. Também não se ouviu uma única palavra sobre transportes públicos, quando o seu impacto na dinâmica habitacional é fulcral.

A formulação de políticas públicas requer muito mais método, evidência e substância. A intenção existe: foi criado um centro de competências da administração pública que, naturalmente, terá de recorrer a peritos externos para criar conhecimento sobre os *dossiers*. Mas, quando até o primeiro concurso para os recrutar, procedimento que levou meses, foi anulado por irregularidades procedimentais, não se vê que se passe tão cedo das boas intenções.

Isto reflete um problema bem mais profundo de organização e competências do Estado. Não serve de muito citar boas práticas de políticas públicas que são feitas em países estrangeiros se forem implementadas pelas atuais estruturas públicas nacionais. A governança, organização, eficiência, competência e prestação de contas também importam sobremaneira para a eficácia das políticas públicas. E sem estas, não há boas práticas que nos valham. \*